

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022.****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2022****MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022.****TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.****PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA NOVA COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 912129/ 2021/ MDR/CAIXA.**

O Prefeito Municipal de Ponte Preta, Estado do Rio Grande do Sul, Faz Saber, para conhecimento dos interessados que, no **dia 24 de junho de 2022, às 9:00 horas**, na sala do setor encarregado de licitação, junto a Prefeitura Municipal de Ponte Preta, localizado na Av. Severino Senhori, 299, Centro, Ponte Preta/RS, serão recebidas propostas e documentos de habilitação, objetivando a **aquisição de uma retroescavadeira**, na modalidade pregão presencial, menor preço, com fundamento na Lei Federal n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, seguido da disputa de preço, e, após o término, abertura do envelope de documentação de habilitação, mediante atendimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos como segue:

1. DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de uma retroescavadeira nova com recursos oriundos do Governo Federal através do Convênio Nº 912129/ 2021/ MDR/CAIXA e próprios, como sendo:

Item	Descrição Mínima	Unidade	Quantidade	Valor Máximo
1	Retroescavadeira nova, ano de fabricação no mínimo 2022 ou superior, tração 4x4, motor da mesma marca do fabricante do equipamento, a diesel turbo alimentado de 04 cilindros com no mínimo 85 HP de potência, transmissão automática ou Power Shift com no mínimo 4 marchas a frente e 2 marchas a ré, com reversor hidráulico, cabine fechada como sistema de segurança ROPS e FOPS com ar condicionado quente e frio original de fábrica, equipada com, tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros, pneus dianteiros 12.5/80X18 e pneus traseiros 19,5X24 com no mínimo 10 lonas, ou os 4 pneus 17,5X25 10 lonas nos rodados dianteiros e traseiros, carregadeira com caçamba frontal com no mínimo 0,90m ³ de capacidade rasa, profundidade de escavação de	UN	1,00	R\$460.750,00



no mínimo 4,25m, retro com caçamba capacidade mínima de 0,25m ³ , peso operacional do equipamento de no mínimo 7.100 kg, Garantia de 12 meses sem limite de horas trabalhadas.			
---	--	--	--

1.2. Os licitantes em suas propostas deverão indicar a marca e modelo do objeto ofertado, vinculando-se a esta quando do fornecimento.

1.3. A empresa vencedora deverá fazer a entrega técnica do equipamento com treinamento de no mínimo 2(dois) operadores de máquinas, numa carga horária não inferior a 8(oito) horas, sem qualquer custo adicional ao Município.

1.4. Os licitantes deverão conceder uma garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados da entrega técnica do equipamento.

1.5 Durante o período de garantia, eventuais reparos, consertos e ou manutenções deverão ser realizadas pelo licitante vencedor respectivo, ou por ele indicado, num prazo máximo de cinco dias contados da solicitação.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas que:

2.1.1. Atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos, bem como, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e demais normas complementares, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente;

2.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

2.2. Será vedada a participação de empresas quando:

2.2.1. Estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.2.2. Reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

2.2.4. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8.666/93;

2.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

2.3. Apresentar os envelopes separados e lacrados, os quais deverão conter, respectivamente, a "PROPOSTA" (envelope nº 01) e "DOCUMENTAÇÃO" (envelope nº 02),



inserindo, na parte externa, o n.º do edital, modalidade, nome da empresa, data e hora da realização do certame.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

3.1. A licitante deverá apresentar-se, para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

3.2.1. Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

3.2.1.1. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

3.2.1.2. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

3.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3.2.1.4. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

3.2.1.5. Registro comercial, se empresa individual.

3.2.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

3.2.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida em Cartório em que conste no mínimo o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente; ou

3.2.2.2. Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com firma reconhecida em Cartório ou equivalente, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

Observação 1: Em ambos os casos (3.2.2.1 e 3.2.2.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.3. Os licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da



presente licitação, como condição para a participação na presente licitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

3.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

3.5. Os documentos acima referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por cartório competente, por servidor da Administração ou pela publicação em órgão da imprensa oficial, sendo retidos pelo Pregoeiro para oportuna juntada ao processo administrativo pertinente a presente licitação.

3.6. O representante da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” ou “Documentação” relativos a este Pregão. Neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.7. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.2. e sub-itens deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES.

4.1. A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no dia, hora e local designado para a realização do Pregão, quando assim solicitado pelo Pregoeiro, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

**ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE PRETA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022
DATA E HORA DE ABERTURA
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE**

**ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE PRETA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022
DATA E HORA DE ABERTURA
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE**

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.



5. DAS PROPOSTAS DE PREÇO E SUA ABERTURA.

5.1. A proposta de preços será apresentada em papel timbrado da Empresa (ou com carimbo oficial), datada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo seu representante legal, nome da proponente, número do CNPJ da Empresa, número de telefone e de fax, e-mail, se houver, endereço com CEP, com indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta bancária. Deve ser elaborada de forma firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste instrumento, sem conter alternativas de preços ou de qualquer outra condição que induza o julgamento ter mais de um resultado.

5.2. Os licitantes em suas propostas deverão indicar, o valor unitário e total, em moeda corrente nacional R\$ - com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, expressos em algarismos e por extenso, devendo estar inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, que recaiam sobre o fornecimento do objeto desta Licitação.

5.2.1. O julgamento se dará pelo menor preço, entretanto, os licitantes deverão indicar o valor unitário e total do item.

5.3. Declarar expressamente que:

5.3.1. Concorda com a forma e prazo de pagamento do objeto licitado, conforme item 17 deste edital;

5.3.2. Concorda com a garantia de no mínimo 12 (doze) meses ou superior, sem limites de horas trabalhadas, a contar da entrega técnica e aceitação do equipamento.

5.3.4. Concorda com o prazo mínimo de validade da proposta que é de 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para sua entrega. Sendo omissa a proposta, será considerada a validade de 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para sua entrega;

5.3.5. Concorda com o prazo de entrega do equipamento de 1(um) mês.

5.4. Comprovar que a marca ofertada tem assistência técnica com peças genuínas de reposição, localizada no Estado do Rio Grande do Sul ou até 150,00(cento e cinquenta) quilômetros da sede do Município de Ponte Preta.

5.4.1. Caso o licitante não seja a empresa que irá prestar a assistência técnica, o licitante deverá indicar a empresa, que deverá comprovar que é assistência técnica da marca ofertada, e que tem disponibilidade peças e capacidade técnica para tanto através da apresentação de:

5.4.1.1. Comprovante que é assistência técnica da marca do equipamento ofertado, através de certificado ou declaração emitido pelo fabricante do equipamento atestando o mesmo.

5.4.1.2. Apresentação de cartão CNPJ compatível com a atividades compatíveis a assistência técnica.



5.4.1.3. Apresentação de alvará de localização e funcionamento, para atividades compatíveis a assistência técnica.

5.5. A(s) licitante(s) deverão apresentar, juntamente com suas propostas financeiras, prospectos/catálogos, com descrição minuciosa, especificações técnicas ou quaisquer outros elementos necessários ao bom e rápido conhecimento do objeto deste Edital.

5.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Caso os prazos estabelecidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos de forma tácita, para efeitos de julgamento.

5.8. Não serão aceitos, em hipótese alguma, vantagens não previstas neste Edital.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que seguem:

6.1.1. A sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e equipe de apoio e realizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e em conformidade com este Edital e seus Anexos, será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital;

6.1.2. Declarada aberta a sessão pública do pregão presencial, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3 do edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados;

6.1.3. Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas, devendo tais empresas efetuar a entrega dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do Item 4;

6.1.4. Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

6.1.5. Dando continuidade aos trabalhos, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, e escolherá aquela que apresentar o MENOR PREÇO, e classificará aquelas cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço do item ou, em não havendo pelo menos 3(três) propostas naquelas condições, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;



6.1.6. A análise de todas as propostas apresentadas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se à desclassificação daquelas desconformes, de forma a definir aquelas que se encontram aptas para a fase de lances verbais. Na análise das propostas, o Pregoeiro poderá utilizar-se da ajuda da Equipe de Apoio e de representantes do setor interessado na aquisição do bem, determinando, inclusive, a suspensão temporária da reunião, para analisar mais detalhadamente o conteúdo das propostas;

6.1.7. Serão desclassificadas as propostas que:

6.1.7.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

6.1.7.2. Sejam omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

6.1.7.3. Apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.1.7.4. Contiverem opções de preços alternativos;

6.1.7.5. Se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

6.1.7.6. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.1.8. As demais propostas, serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços;

6.1.9. Havendo empate nos preços ofertados nas propostas escritas será realizado sorteio para fins da classificação;

6.1.10. Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas com a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória, registrada através de planilha;

6.1.11. O Pregoeiro iniciará a fase de lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada em último lugar, registrados em planilhas, observando o que segue:

6.1.11.1. As rodadas de lances verbais, serão repetidas quantas vezes forem necessárias, até que se obtenha um preço compatível com o mercado para a aquisição do bem/serviço;

6.1.11.2. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a sequência dos lances ulteriores;

6.1.11.3. O lance inicial deverá sempre ser de menor valor em comparação com o de menor preço ofertado, e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento;

6.1.11.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta, obedecida a ordem prevista nos itens 6.1.5 c/c 6.1.11;



6.1.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço ofertado para efeito de ordenação das propostas;

6.1.13. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes deste edital;

6.1.14. O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que ofertou o menor preço por item, para que seja obtido preço melhor;

6.1.15. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

6.1.16. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de venda pelo valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito;

6.1.17. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do vencedor, mediante abertura do respectivo envelope de documentação, na forma do item 7 deste Edital;

6.1.18. Constatando-se o atendimento pleno das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada, será declarada vencedora do certame a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme estabelece o item 6.1.5, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos do item 10 (DO RECURSO) deste instrumento. Na ausência de recursos, após a declaração da vencedora, o Pregoeiro lhe adjudicará o objeto do certame, encaminhando o processo, em seguida, à autoridade competente para homologação do procedimento a seu critério;

6.1.19. Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada;

6.1.20. Sendo considerada inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados;

6.1.21. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes que participaram da disputa verbal, poderá ser convocada nova sessão competitiva, com os classificados remanescentes;

6.1.22. Decididos os recursos eventualmente interpostos, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e homologado o certame;

6.1.23. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas, bem como, os envelopes das licitantes classificadas, não declaradas vencedoras do certame, permanecerão sob custódia do Pregoeiro, pelo prazo de 30(trinta) dias, da homologação da



licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5(cinco) dias ou até o recebimento definitivo do ora licitado. Esgotado o prazo o envelope será inutilizado;

6.1.24. Da sessão pública deste pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, onde serão registrados todos os atos praticados, especialmente o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação, recursos interpostos, a qual, após lida, será assinada pelo Pregoeiro, demais membros da Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes;

6.1.25. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO.

7.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos constantes do envelope nº 02:

7.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social ou sua consolidação e a última alteração contratual, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedades por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

7.1.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

7.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.1.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado; com data de emissão não superior a 06(seis) meses, contados da data da abertura da presente licitação, salvo se contiverem prazo expresso no corpo das respectivas certidões;

7.1.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais ou outra na forma da lei;

7.1.7. Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da Jurisdição fiscal do estabelecimento da licitante;

7.1.8. Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.9. Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;



7.1.10. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor do foro da comarca da sede da empresa interessada, emitida a menos de 60(sessenta) dias da data de abertura desta licitação;

7.1.11. Os documentos necessários à habilitação que poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou ainda por servidor da Prefeitura Municipal de Ponte Preta a vista dos originais;

7.1.12. O pregoeiro, por sua iniciativa, ou através de membro de sua equipe de apoio, poderá proceder a verificação da autenticidade de qualquer documento apresentado, através de consulta "ON LINE" a INTERNET, por ocasião da abertura do envelope "documentação" do licitante vencedor.

8. DA IMPUGNAÇÃO.

8.1. A impugnação ao ato convocatório poderá ser feita em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

8.2. A autoridade competente decidirá sobre a impugnação interposta, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da impugnação, após prévia manifestação do Pregoeiro.

8.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão.

8.4. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

8.5. Não serão admitidas impugnações apresentadas por fax ou e-mail.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

9.2. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora em cada item e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9.3. A adjudicação é ato de competência do pregoeiro, após transposta a fase recursal.

9.4. A homologação da licitação é ato de responsabilidade do Prefeito, feita após a adjudicação.



10. DOS RECURSOS.

10.1. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03(três) dias corridos para a apresentação das razões de recurso.

10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso, no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5(cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5(cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10.5. As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto à Prefeitura Municipal de Ponte Preta, Secretaria de Administração, nos dias úteis, no horário de expediente da repartição. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria de Administração.

10.6. Não serão reconhecidos os recursos interpostos por fax, e-mail e aqueles com os respectivos prazos legais vencidos.

10.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO.

11.1. O licitante vencedor respectivo deverá efetuar a entrega do equipamento objeto deste certame, junto a garagem municipal, no prazo de 30(trinta) dias, contados da solicitação do Município. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação do licitante vencedor respectivo e aceito pelo Município.

12. DO CONTRATO.

12.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Administração convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora em cada item para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis, contados da convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista no art. 81, da Lei nº 8.666/93 e disposições do edital.

12.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o contrato no prazo e condições estabelecidas, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,



para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a renovação da licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei n.º 8.666/93 e disposições do edital.

12.3. O prazo de vigência do contrato será da assinatura do mesmo até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado.

12.4. Considerando o prazo de vigência estabelecido no item anterior, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, em caso que ocorra eventual majoração superveniente dos custos do fornecedor, de modo que o valor de custo supere o acordado no contrato.

13. DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA.

13.1. A empresa vencedora obriga-se cumprir as obrigações constantes deste edital, as relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

14. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

14.1. O Município obriga-se a cumprir as obrigações relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

15. DAS PENALIDADES.

15.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

15.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 2% sobre o valor estimado da contratação;

15.1.2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

15.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 4% sobre o valor estimado da contratação;

15.1.4. Executar o contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

15.1.5. Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05(cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;



15.1.6. Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3(três) anos e multa de 4% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

15.1.7. Inexecução total do contrato: suspensão de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5(cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

15.1.8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5(cinco) anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

16.1. Os recursos financeiros correrão à conta da dotação orçamentária abaixo:

07.01.20.606.0008.1002.4.4.90.52.40.00.00.

17. PAGAMENTO.

17.1. O equipamento será adquirido com recursos do Governo Federal através do Convênio Nº 912129/ 2021/ MDR/CAIXA e próprios do Município.

17.2. O pagamento será realizado após a aprovação da aquisição e liberação dos recursos e do pagamento por parte do MDR/CAIXA.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

18.1. Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

OBS: Autoridade superior é o Prefeito.

18.2. A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.3. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

18.4. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



18.5. Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, observado o disposto no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

18.6. Até a entrega do bem licitado poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.7. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no mural oficial da Prefeitura Municipal, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

18.7.1. Julgamento deste Pregão;

18.7.2. Recurso porventura interposto.

18.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

18.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal.

18.12. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8666/1993.

18.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no Foro da Comarca de Erechim, RS, com exclusão de qualquer outro.

18.14. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.



18.15. Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

18.16. Maiores informações serão prestadas aos interessados, em horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Ponte Preta, à Av. Severino Senhori, 299, Centro, ou pelo telefone (54) 3568-0008.

18.17. O Caderno de Licitação, composto de Edital e Anexos, poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Ponte Preta, RS.

19. DOS ANEXOS

19.1. Constitui-se anexo do Edital:

19.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;

19.1.2. Anexo II – Minuta de contrato;

19.1.3. Anexo III- Declaração de Habilitação;

19.1.4. Anexo IV - Declaração – Art. 7º, da Constituição da República.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Preta, 08 de junho de 2022.

Josiel Fernando Griseli
Prefeito Municipal

Município de
PONTE PRETA
O futuro se faz agora

**ANEXO I****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

LICITACAO NÚMERO:51/2022

MODALIDADE: Pregão Presencial 8/2022

DATA DE ABERTURA:24/06/2022

HORÁRIO:09:00

LOCAL DE ABERTURA: Prefeitura Municipal de Ponte Preta

TIPO MENOR PREÇO: Unitário

FORNECEDOR:

CNPJ:

- IE:

ENDEREÇO:

CIDADE:

- CEP:

TELEFONE:

- EMAIL:

OBJETO: Aquisição de uma retroescaveira nova com recursos oriundos do Governo Federal através do Convênio Nº 912129/ 2021/ MDR/CAIXA e próprios.

Item	Descrição Mínima	Unidade	Quantidade	R\$ unitário	R\$ total
1	Retroescavadeira nova, ano de fabricação no mínimo 2022 ou superior, tração 4x4, motor da mesma marca do fabricante do equipamento, a diesel turbo alimentado de 04 cilindros com no mínimo 85 HP de potência, transmissão Power Shift com no mínimo 4 marchas a frente e 2 marchas a ré, com reversor hidráulico, cabine fechada como sistema de segurança ROPS e FOPS com ar condicionado quente e frio original de fábrica, equipada com tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros, pneus novos dianteiros rodagem 12.5/80X18 e pneus novos traseiros rodagem 19,5X24 com no mínimo 10 lonas, carregadeira com caçamba frontal com no mínimo 0,90m ³ de capacidade rasa, profundidade de escavação de no mínimo 4,25m, retro	UN	01		



com caçamba capacidade mínima de 0,25m ³ , peso operacional do equipamento de no mínimo 7.100 kg, Garantia de 12 meses sem limite de horas trabalhadas.				
				Total

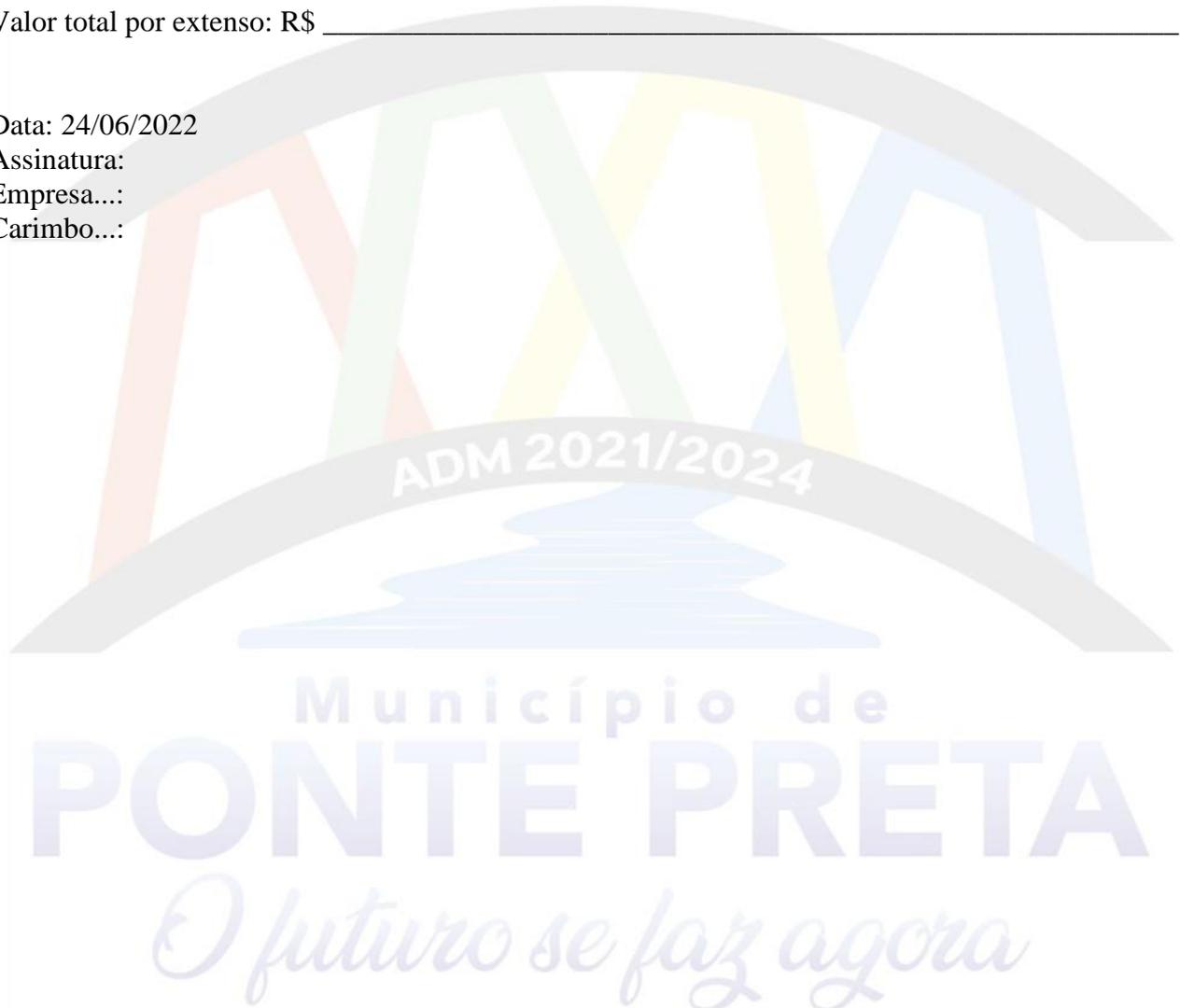
Valor total por extenso: R\$ _____

Data: 24/06/2022

Assinatura:

Empresa...:

Carimbo...:





ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO n° xx/2022

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE PONTE PRETA E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PARA AQUISIÇÃO DE UMA
RETROESCAVADEIRA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE PRETA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com seu prédio administrativo sito à Avenida Severino Senhori, 299, com inscrição no CNPJ MF n°. 93.539.161/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Josiel Fernando Griseli;

CONTRATADO(A): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX., inscrito no CNPJ sob n°. xxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxx, n°. xxxxxxxx, xxxxxxxx, Município de xxxxxxxx, XX, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, , portador(a) da Cédula de Identidade n° xxxxxxxxxxxx da XXX/XX e CPF n° xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em xxxxxxxxxxxxxx, xxx, xxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx/XX.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, entre as partes “supra” qualificadas, fica certo e ajustado o presente contrato de aquisição de equipamentos, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de uma retroescavadeira nova, **marca** _____, **modelo** _____ ano de fabricação no mínimo 2022 ou superior, tração 4x4, motor da mesma marca do fabricante do equipamento, a diesel turbo alimentado de 04 cilindros com no mínimo 85 HP de potência, transmissão automática ou Power Shift com no mínimo 4 marchas a frente e 2 marchas a ré, com reversor hidráulico, cabine fechada como sistema de segurança ROPS e FOPS com ar condicionado quente e frio original de fábrica, equipada com, tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros, pneus dianteiros 12.5/80X18 e pneus traseiros 19,5X24 com no mínimo 10 lonas, ou os 4 pneus 17,5X25 10 lonas nos rodados dianteiros e traseiros, carregadeira com caçamba frontal com no mínimo 0,90m³ de capacidade rasa, profundidade de escavação de no mínimo 4,25m, retro com caçamba capacidade mínima de 0,25m³, peso operacional do equipamento de no mínimo 7.100 kg, Garantia de 12 meses sem limite de horas trabalhadas.

Cláusula Segunda: A contratada, considerando o resultado do processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial n° 08/2022**, fornece ao contratante o equipamento objeto deste contrato.

Cláusula Terceira: O contratante, pelo objeto deste contrato, pagará o valor total de R\$ _____.

Parágrafo Primeiro: O equipamento será adquirido com recursos oriundos do Governo Federal através do Convênio N° 912129/ 2021/ MDR/CAIXA e próprios do Município.



Parágrafo Segundo: O pagamento será realizado em parcela única, mediante depósito em conta bancária da contratada, identificada na proposta apresentada, após entrega e aceitação do objeto licitado, mediante a aprovação da aquisição e liberação dos recursos e do pagamento por parte do MDR/CAIXA.

Cláusula Quarta: O equipamento deverá ser entregue, pela contratada, junto a Garagem Municipal.

Parágrafo Primeiro: O licitante deverá fazer a entrega técnica do equipamento com treinamento de no mínimo 2(dois) operadores de máquinas, numa carga horária não inferior a 8(oito) horas, sem nenhum custo adicional ao Município.

Parágrafo Segundo: O equipamento terá uma garantia de 12(doze) meses, independentemente de horas trabalhadas, contra defeitos de fabricação, contados da entrega e recebimento do mesmo.

Parágrafo Terceiro: Durante o período de garantia eventuais reparos, consertos e ou manutenções, relativas a defeitos de fabricação, deverão ser realizadas pela contratada, ou por assistência técnica indicada no processo licitatório, sem nenhum custo adicional ao município, num prazo máximo de cinco dias contados da solicitação.

Parágrafo Quarto: As despesas com eventuais deslocamentos, substituição de peças, mão de obra e congêneres necessários a manter o equipamento em uso e funcionamento durante o período de garantia, e que se refiram a defeitos de fabricação, terão seu custo arcado unicamente pela contratada.

Parágrafo Quinto: A contratada deverá substituir o equipamento ou parte dele considerado em desacordo pelo Município, sem nenhum custo adicional ao Município.

Cláusula Quinta: A contratada deverá efetuar a entrega do equipamento, num prazo de 30(trinta) dias, contados da solicitação do Município. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação da contratada e aceito pelo Município.

Cláusula Sexta: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2022, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Parágrafo Primeiro: É vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, em caso que ocorra eventual majoração superveniente dos custos do fornecedor, de modo que o valor de custo supere o acordado no contrato.

Cláusula Sétima: As despesas com carga, descarga, transporte, entrega e aquelas relacionadas ou não neste edital necessárias ao fornecimento dos produtos caberão exclusivamente à contratada.

Cláusula Oitava: Caso a contratada não observe as disposições deste contrato ou do edital poderá lhe ser aplicada as penalidades previstas no Edital e na lei das licitações.

Cláusula Nona: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 07.01.20.606.0008.1002.4.4.90.52.40.00.00.

Cláusula Décima: O presente contrato decorre e se vincula em todos os seus termos ao edital de licitação (pregão presencial nº 08/2022) e anexos sendo que as disposições lá constantes são consideradas como se aqui estivessem transcritas.



Cláusula Décima Primeira: Assim, estando justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e único fim, com testemunhas, elegendo o Foro da Comarca de Erechim, RS, por mais privilegiado que outro seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas do presente instrumento.

Ponte Preta, RS, em ____ de _____ de _____.

Josiel Fernando Griseli

Prefeito Municipal

Contratado





ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

A (Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com endereço à _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, titular da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que atende todas as condições de habilitação constantes do Pregão Presencial nº ____/____, estando, portanto, apta a participar de todas as fases do certame.

Local e data.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

Obs: Esta Declaração deverá ser entregue no momento do credenciamento, fora dos envelopes 1 e 2.



ANEXO V

Modelo de Declaração - Art. 7º, inc.XXXIII, da Constituição da República.

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

A (Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com endereço à _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, titular da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, em atendimento ao previsto no item _____, do Pregão Presencial nº ____/____, de que não possui em nosso quadro de pessoal empregado(s) menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Local e data.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)